

Sobrinho de Tancredo zela por áreas da Paranapanema

BRASÍLIA — A exploração de minérios em áreas indígenas e de fronteiras já está garantida pela Constituinte, mas aquele senhor distinto, meio parecido com Tancredo Neves e muito familiar a deputados e senadores, continuará ali, entre a entrada principal do plenário e o cafezinho, pelo menos três dias por semana. Trata-se do advogado Gastão Neves, sobrinho e conterrâneo de Tancredo, nascido em São João Del Rey há 49 anos.

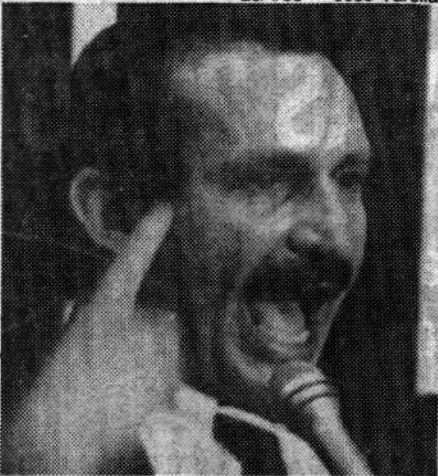


Gastão Neves trabalha em mineradoras há 25 anos. Atualmente é diretor da Mineradora Taboca, responsável pela exploração mineral da *holding* Paranapanema, e o homem da empresa que acompanha diretamente os trabalhos da Constituinte. Vencidas as etapas mais importantes para o grupo — em especial as votações das áreas indígenas e de fronteiras —, a luta continua: vêm aí as Disposições Transitórias e, depois da Constituinte, a reforma do Código de Mineração.

Com residência fixa no Rio de Janeiro, Gastão Neves hospeda-se em hotéis ou na casa do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que, além de ser também sobrinho de Tancredo, é um dos mais influentes constituintes na questão tributária, área que abrange interesses das mineradoras.

Na conversa — O principal aliado da Paranapanema na Constituinte é o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O mais forte adversário é o Conselho Indigenista Missionário (CI-MI), vinculado à CNBB. Gastão Neves, contudo, prefere ir direto à fonte, deslocando-se entre a entrada do plenário e os gabinetes de deputados e senadores várias vezes por dia. Com o PT, PDT, PCB, e PC do B, ele não

28/4/88 — José Varella



Guerreiro: vinte anos depois

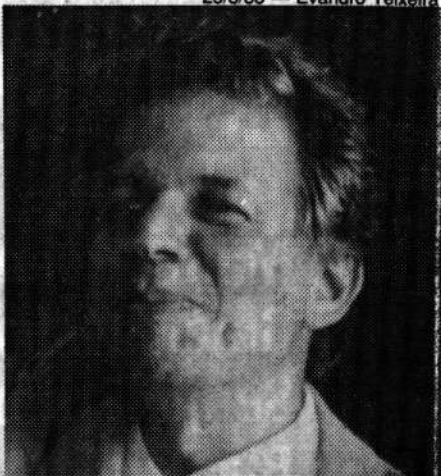
quer nada. Mas com o PMDB, PFL, PDS, e PTB, a coisa muda de figura. “O senador José Richa, do PMDB, e a deputada Sandra Cavalcanti, do PFL, são constituintes influentes com quem sempre converso”, informa, ressaltando também a posição do suprapartidário *Centrao*.

“Não houve pressão, mas conversas, a maioria delas individuais”, conta Gastão Neves. “As empresas têm que participar desse processo com os constituintes, pois as coisas hoje acontecem no Congresso e esse é o jogo democrático.”

A aprovação da exploração de minérios em áreas de fronteira por empresas nacionais até que não deu muito trabalho. Mas quando o alvo deslocava-se para as áreas indígenas, muitos constituintes argumentavam que iria ferir culturas e comprometer o ambiente natural. Gastão Neves contrargumentava: “O Brasil precisa conhecer e explorar todas as suas potencialidades minerais, até para se apresentar no contexto internacional. Os minérios só geram riqueza depois de explorados”.

Ele garante que seu trabalho de convencimento de constituintes — com importante apoio de dois outros diretores da Paranapanema, Samuel Hanan e Acyr Bernardes — foi com base em argumentos desse tipo. E deu certo: o artigo 206 do projeto de Constituição teve 326 votos que lhe garantiram a vitória, ressaltando que as comunidades de índios serão consultadas sobre a exploração mineral em suas terras. “Eles é que vão decidir”, garante sobrinho de Tancredo. O tempo dirá se tem razão.

25/3/88 — Evandro Teixeira



Wladimir: apelo a passeata

Memória de 68 ajuda nacionalismo

Os constituintes Wladimir Palmeira (PT-RJ) e Luiz Salomão (PDT-RJ) utilizaram a memória de 1968, e em especial a revolta que levou à passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, para convencer o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) a incluir a nacionalização da pesquisa mineral na emenda de sua autoria que pedia a nacionalização dos recursos minerais. Guerreiro não resistiu às lembranças de 20 anos atrás.

Ele era presidente do diretório acadêmico do Instituto de Geociências da Universidade do Rio de Janeiro e, junto com Palmeira e Salomão não só participou da passeata dos 100 mil, como comandou outros movimentos de rua. “Guerreiro, você não pode dar de graça este ponto para a direita. O espírito desta casa está nacionalista, então sejamos radicais. Vamos propor a nacionalização da pesquisa e da lavra. A vitória é nossa”, falou Palmeira. Faltavam duas horas para a matéria entrar em votação, quando Guerreiro abriu uma chave no texto da emenda e escreveu: pesquisa. Consolidava-se a vitória do *lobby* da rebelião de 1968.

Retrato do país — O maior argumento viria do trabalho desenvolvido na Constituinte pela Confederação Nacional dos Geólogos (Conage), assessorada por técnicos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico). A Conage surpreendeu a Constituinte no dia 21 de abril, quando patrocinou a instalação num corredor do Congres-

so, de um mapa de 16 metros quadrados, mostrando o sub-solo do Centro-Oeste e o Norte tomado em 40% de área concedida pelo DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral — por pedidos de pesquisa de empresas multinacionais.

Impresso em quatro cores e reproduzido em peças menores distribuídas a todos os constituintes, o mapa foi um eficiente instrumento de *marketing* que as peças publicitárias e textos produzidos pelas multinacionais e pelo Instituto Brasileiro de Mineração não conseguiram refutar. “O mapa mostrou com ênfase o Brasil que nós queremos mudar”, saudou o senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Resistência — Os empresários partidários da corrente liberalizante, surpreendidos pelo efeito do mapa, passaram à ofensiva. Primeiro responderam com um texto e depois com outro mapa. Mas, temerosos de “reproduzir um estilo de confronto acadêmico”, conforme interpretação do presidente do Ibram, João Marinho Nunes, decidiram-se pela reprodução do mapa da Conage em preto e branco, acrescentando a identificação de alguns erros de informação. O tiro porém saiu pela culatra. Acabou servindo para difundir, ainda mais, o trabalho da Conage.

Na semana derradeira da votação, os grandes empresários do capital multinacional e do capital nacional associado resolveram finalmente se movimentar.